A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL

*Maurício Souza Silva
Francisco Avelino de Assis*

Resumo: Este estudo objetivou mostrar, ainda que de forma resumida, a evolução contábil no Brasil, tendo como ponto de partida a época do descobrimento. A análise cronológica e contextualizada pode ser de grande valia para uma melhor compreensão da atualidade, pois através da história contábil é possível identificar lacunas que merecem melhor atenção, bem como a necessidade e possibilidade de adequações. A Ciência contábil influencia e é influenciada pelo meio, razão pela qual não se deve olvidar a importância do conhecimento histórico. A metodologia adotada quanto aos fins foi à pesquisa exploratória, e quanto aos meios a bibliográfica, sendo, portanto, objetivo deste estudo apresentar as concepções teóricas relevantes que influenciaram a contabilidade brasileira. O estudo deixou evidente que a contabilidade deve estar em constante evolução, notadamente por ser uma ciência dinâmica influenciada por contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. Nesse processo evolutivo, as exigências legais tiveram um papel muito importante na medida em que assinalaram a necessidade de adequação dos procedimentos contábeis aos acontecimentos exigidos em cada época.

Palavras-chave: História; Contabilidade; Evolução contábil.

***Abstract:** This study aimed to show, even though briefly, the accounting developments in Brazil, having as starting point the time of discovery. The chronological and contextualized analysis can be of great value to the understanding of today, because by the accounting history it is possible to identify the gaps that deserve more attention, as well as the necessity and possibility of adjustment. The accounting science influences and is influenced by the environment, which is why we must not forget the importance of historical knowledge. The exploratory and bibliographic research was adopted, therefore this study aims to expose the relevant theoretical concepts that influenced the Brazilian accounting. The study demonstrated that accounting must be in constant evolution, notably for being a dynamic science influenced by social, cultural, political and economic contexts. In this evolutionary process, the legal requirements had an important role as they pointed the necessity of adequacy of the accounting procedures to the events required each time.*

Palavras-chave: History; Accounting; Accounting development.

Introdução

O conhecimento da história permite entender o presente e melhorar o futuro. Na história da contabilidade não é diferente: o estudo da história contábil permite entender a profissão, sua evolução no tempo, influências recebidas, razões de procedimentos adotados hoje e quiçá, identificar contribuições para o futuro.

A história contábil no Brasil ainda carece de estudos aprofundados e comprovações científicas, sobretudo, em relação a possíveis eventos anteriores ao período colonial.

Necessário se faz que historiadores, universidades e até conselhos se interessem pelo tema e dediquem-se a um estudo mais aprofundado, visto ser a contabilidade uma ciência vital no controle do patrimônio, capaz de proporcionar aos interessados análises estáticas e dinâmicas.

O mundo globalizado em consequência do capitalismo é uma realidade cada vez mais presente na vida de todos os seres humanos. Nesta era do conhecimento, o conhecimento está cada vez mais que nos permite errar por opção. Novamente, se conhecendo a história, pode se visualizar o que deu certo e o que deu errado, permitindo se fazer o planejamento, que é uma característica fundamental na vida das sociedades.

O mundo evolui sempre, e penaliza quem não acompanha essa evolução. A contabilidade, neste contexto, vem se adequando aos períodos desta evolução, sob pena de se tornar obsoleta e cair em desuso. Fatos como a expansão comercial, invenção da imprensa e revolução industrial foram exemplos em que exigiram adequações contábeis, como técnicas de controle, informações para o âmbito gerencial, apuração de custos e auditoria.

A contabilidade data dos primórdios das civilizações, estando, assim, atrelada ao próprio desenvolvimento da humanidade, avançando em determinadas épocas e estagnando em outras, portanto bastante ligada às necessidades humanas, fato este que impede a ciência de equalizar fórmulas e sim desenvolver adaptações em que se enquadrem oportunamente as situações.

Busca-se com este trabalho apresentar um estudo resumido da evolução contábil no Brasil, tendo como ponto de partida o próprio descobrimento até aos dias atuais, destacando principais ocorrências e contextualizando a evolução no tempo cronológico.

Contexto histórico

O estudo contábil no Brasil geralmente tem como marco o chamado “descobrimento”, apesar de alguns registros históricos da existência de nativos no território brasileiro antes do referido descobrimento, conforme nos relata Sá (2008: p.14): “Os primitivos habitantes do Brasil deixaram vasta comprovação de sua presença através de incisões e pinturas em lápides e cavernas”. Tais inscrições e pinturas se acham ainda conservadas em várias partes do Brasil. Com isso, estudos arqueológicos apropriados podem descortinar nova realidade sobre evidências de registros contábeis em período que antecedeu o nosso marco histórico.

Muita riqueza em conhecimentos da nossa pré-história pode estar sendo deixada para trás, principalmente da evolução contábil, quando pouco se sabe e se propõe em estudos sérios e comprobatórios deste período conforme entendimento de Sá (2008: p.14-17).

Historicamente o Brasil está dividido em três períodos: Colônia, Império e República. Na abordagem deste artigo o ponto de partida será o ano do descobrimento, isto é 1500, até por carência de fontes da nossa pré-história, e enfatizará os principais acontecimentos, citando algumas das personalidades tratadas como referências que contribuíram para o progresso contábil.

Brasil Colônia (1500 – 1808)

Nesse período, compreendido entre a descoberta e a vinda da família real para o Brasil, os primeiros nomes relacionados à contabilidade brasileira vinculam-se ao costume da época de se ter nas embarcações controles das operações, com características contábeis.

Como narra Sá (2008: p.20) “Era uso e costume as expedições marítimas possuírem na tripulação um profissional da escrita, a de Cabral trouxe quem seria o primeiro contador estrangeiro a aportar em terras Brasileiras e que foi Pero Vaz de Caminha”.

Entre 1500 e 1530 as expedições portuguesas ao Brasil eram rápidas e objetivavam apenas a coletar o Pau Brasil e a realização de patrulhas. A partir de 1531, com as constantes ameaças de invasões principalmente pelos Franceses, Portugal começou a tratar de forma diferente a terra recém-descoberta, pois já era sabedor das imensas riquezas aqui encontradas.

Com o desejo de se controlar o Patrimônio e visto que o desenvolvimento da Contabilidade sempre esteve associado ao desenvolvimento da humanidade, conforme Melis (*apud* Peleias, 2004: p.40) destaca: “A história da Contabilidade é, em certo ponto, uma consequência da história da civilização [...], sobretudo no campo econômico”. E corrobora Iudícibus (*apud* Peleias *et al*, 2004), associando o grau de desenvolvimento da contabilidade ao desenvolvimento da própria sociedade.

Com passar dos anos, os crescentes avanços na exploração da terra, e visando a menores deslocamentos, os colonizadores foram criando cidades, como Salvador em 1549, São Paulo em 1557 e Rio de Janeiro em 1565. Como consequência, e objetivando manter firme o controle, já sabedor por influência Italiana que a contabilidade era aliada essencial, vai designando para cá, guarda livros e contadores, nomes que na verdade foram os nossos precursores, todos provenientes de Portugal. Nesse sentido descreve Sá (2008: p.21):

Gaspar Lamego 1º contador nomeado para o Brasil no ano de 1549; Bastião de Almeida 1º Guarda Livros também em 1549; Diogo Ribeiro em 1556; Damião Lopes em 1558 e João de Araújo em 1559.

Buscando blindar as riquezas do solo brasileiro, contra as invasões estrangeiras, Portugal criou em 1534 as Capitânicas Hereditárias que consistia em dividir o território em grandes faixas e entregar a administração particular. Sá (2008) descreve também como isso influenciou a história contábil:

O regime que se seguiu, estabelecendo as capitânicas hereditárias, sobre a repartição do Brasil em autênticos feudos impunha naturalmente, controles contábeis específicos, descentralizados em relação à coroa, mas a ela ligados por processos de prestação de contas. (Sá, 2008: p.24).

A partir da segunda metade do século XVI, grande necessidade de força braçal, (consequência da divisão territorial em capitânicas), exigidas pela devastação das florestas e os já existentes engenhos de cana de açúcar fez surgir um negócio desumano, porém bastante lucrativo, o tráfico de escravos. Sá (2008) relata como essas expedições possuíam registros contábeis e como apuravam o lucro de cada viagem.

Portugal na época era soberano nos mares, dominava as técnicas de navegações, tinha as melhores e maiores embarcações. A demanda no Brasil exigia que as frotas viessem e voltassem carregadas, trazendo escravos, e levando madeiras e derivados da cana de açúcar. Muitíssimo se arrecadava em impostos, pois a mesma embarcação pagava duas vezes (ida e volta). Isso exigia rigorosos controles contábeis, considerando a realidade da época.

Brasil Império (1808 – 1889)

Narra a história que esse período compreende a chegada da família real no Brasil até a proclamação da República. No ano de 1808, Portugal atravessava uma forte crise política em seu cenário, recebendo principalmente da França, comandada por Napoleão Bonaparte, ameaças de invasões e perseguições de toda sorte. D. João VI o rei de Portugal ao descobrir uma programada invasão em seu Império busca ajuda junto ao seu grande parceiro comercial, a Inglaterra, que por vez bastante interessada nas riquezas em terras brasileiras orienta, apoia e até patrocina a fuga da família real para o Brasil, obviamente visando favorecimentos.

Juntamente com a família real, vários intelectuais franceses vieram para o Brasil expulsos de sua pátria pelo governo de Bonaparte, muitos deles estudiosos da área contábil, o que contribuiu para a evolução dos conhecimentos no Brasil, visto que a França nessa época detinha o domínio literário com o declínio Italiano.

Dentre os primeiros atos do Reinado em terras brasileiras, está o de abertura dos portos, fato este que sem dúvida permitiu a entrada de muitas riquezas em nosso país, como também possibilitou a saída de grandes fortunas. A grande favorecida com tal fato foi a Inglaterra, que teve a chance de escoar para o Brasil grande parte do seu estoque de mercadorias encalhadas, o Rio de Janeiro sofreu uma verdadeira invasão de comerciantes Ingleses.

A nossa evolução contábil pode ser associada às ocorrências do campo político, assim também corrobora Sá (2008: p.61).

A história comprova que leis comerciais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e a burocracia defluente sempre foram decisivos fatores para a dilatação do mercado de trabalho do contabilista.

No Brasil Império, três foram os governantes: D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Várias foram as ocorrências no campo político com reflexos em nossa evolução contábil, dentre as principais podemos destacar:

Governo de D. João VI (1808 – 1821).

- Criação do Banco do Brasil em 1808, e ordenado sua liquidação em 1829.
- Baixa de um Decreto em 1809 determinando que as escriturações contábeis só pudessem ser feita por quem frequentasse a escola. Os cursos eram chamados de escola de comércio.
- Ciclo do ouro e metais preciosos (1800 – 1860), época de grandes exigências em conhecimentos contábeis, na apuração dos custos e lucros pelos empresários, bem como na apuração dos tributos por parte do governo.

Governo de D. Pedro I (1821 – 1831).

- Continuação do ciclo do ouro e metais preciosos (1800 – 1860).
- Surgimento da dívida externa, quando em 1822, o Brasil ao se declarar independente, para não enfrentar a revolta Portuguesa, se viu obrigado a pagar uma alta indenização adquirindo junto à Inglaterra o empréstimo para tal.
- Baixa de um decreto tornando obrigatório á partir de 1830 nas escriturações contábeis o uso do método das partidas dobradas.

Governo de D. Pedro II (1831 – 1889).

A partir de 1831 com a morte de D. João VI, seu filho Pedro I precisou voltar a Portugal para assumir o reinado em seu lugar, deixando no Brasil seu filho Pedro II, como ele tinha apenas cinco anos, foi nomeado um governo transitório. Assim que atingiu 14 anos, num golpe de emancipação assumiu o governo ficando até 1889. No período destaca se principalmente as seguintes ocorrências contábeis:

- A partir de 1836 por influência dos franceses, muitos já habitantes do Brasil desde a vinda da família real, o método das escrituras por partidas dobradas exigidas pelo governo desde 1830 foram aprimoradas com o grupo de contas por eles desenvolvidos, o que significou um grande salto em controle nas empresas aqui instaladas oriundas da Europa que vivia o período das grandes descobertas.
- Em 1837 a primeira obra contábil escrita por um Brasileiro foi editada, “A metafísica da Contabilidade comercial” de autoria do maranhense Estevão Rafael de Carvalho, com grande repercussão, pois objetivava apresentar a contabilidade como ciência.
- Em 1850 a promulgação do código comercial, que estabeleceu a obrigatoriedade do levantamento do Balanço e a elaboração do livro Diário nas entidades (por influência francesa), serviços que exigiam conhecimentos específicos de escriturações contábeis.
- Recriação do Banco do Brasil em 1851
- Decadência do ciclo do ouro e metais preciosos em 1860.

O governo Imperial sempre buscando efetivo controle na arrecadação, e se aliando à contabilidade para isso, contribuiu bastante com a evolução da profissão contábil em terras brasileiras conforme declara Sá (2008: p.61) “As exigências na fiscalização dos tributos, na austera gestão do dinheiro do Império, abriram maior campo ainda para os profissionais da área contábil”.

Brasil República (1889 – vigente)

Inicia-se dentro de um contexto conturbado, pois o país atravessava graves problemas de ordem social, política e financeira. Fazendeiros revoltados com a abolição da escravatura, sem a possibilidade de receber indenizações, população com altos índices de analfabetismo e miséria, o país endividado por causa da guerra da tríplice aliança, atritos com religiosos (que só poderiam obedecer a ordens do papa após serem apreciadas pelo governo) são fatos que marcaram o nascimento do Brasil República.

Historicamente, o período surge dentro de uma forte crise econômica, refletindo também na evolução contábil, pois foi um período de estagnação, justificado pela argumentação de Vlaemminck (*apud* Peleias *et al*, 2004: p.40) que estabelece uma correlação da evolução histórica contábil e a economia:

A contabilidade como consequência aparece, se expande e se degenera ou se retrai ao compasso da evolução econômica das civilizações, nas diversas regiões e distintas épocas de sua história.

Entre os anos de 1889 e 1930, o país viveu um período sem grandes destaques em relação à evolução contábil. Com a crise do café (1929), começa de forma lenta o processo de industrialização no Brasil, esfriado pela eminência da 2ª grande guerra, que veio ocorrer em

1939. Porém a partir de 1940, ainda no governo de Vargas, houve um forte incentivo industrial patrocinado pelo estado, com a criação de empresas estatais, caracterizando o início da Revolução Industrial brasileira. Tal fato merece destaque, pois a contabilidade a partir da revolução industrial exerce papel significativo conforme destaca Aquino, W; Santana, A. C. (1992: p.5):

Com o desenvolvimento industrial e o surgimento de grandes corporações, surgiu também a necessidade da apresentação de maior número de informações [...] aumentando a importância da contabilidade e a responsabilidade dos contadores.

Como principais ocorrências contábeis do período segundo estudo publicado por Peleias, I. R.; Silva, G. P; Segreti, J. B; Chiroto, A. R. (2007: p.22-29). Somando o estudo de Peleias, I.R.; Bacci, J. (2004: p.46), e também Reis, A. de J; Silva, S.L.; Silva, C.C.A. (2007: p.7-10), pode se destacar:

- Esforços do Senador João Lyra a partir de 1920 no reconhecimento da profissão de contador.
- Foram instituídos pelo Decreto 17329 em Maio de 1926, os cursos profissionalizantes ou de ensino técnico comercial.
- Pelo Decreto 20158 em Junho de 1931, foi regulamentada a profissão de Contador.
- Em Setembro de 1945 por meio do Decreto Lei 7988, surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais.
- Em Maio de 1946, através do Decreto Lei 9295 foram criados os Conselhos Federal e Regionais de contabilidade.
- Em 1970 na USP surge o primeiro curso de pós-graduação em ciências contábeis.
- Também em 1970 foi criado o programa de Mestrado em ciências contábeis na Fundação Getúlio Vargas.
- Foi fundado em 13 de Dezembro de 1971, o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Responsável por representar o Brasil perante algumas entidades internacionais.
- Setembro de 1976 através da Lei 6385 cria se a Comissão de Valores Mobiliários – CVM
- Dezembro de 1976 foi publicado a Lei 6404.
- Em 1978 foi implantado o programa de Doutorado em Ciências contábeis na FEA/USP.
- Em 1981 o Conselho Federal de Contabilidade, estabeleceu as normas brasileiras de Contabilidade. NBC.
- Em 2005 a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC
- Dezembro de 2007, publicada a lei 11638.
- Em 2009, publicação da Lei 11941.

O avanço da contabilidade vem ao longo do tempo, associado ao próprio progresso da humanidade, permitindo dizer que a evolução contábil depende da sociedade estar evoluindo, pois ao longo do tempo, são as exigências sociais a principal responsável por alavancar o desenvolvimento contábil.

Influência da Escola Europeia

No chamado ano do “descobrimento” do Brasil, o continente Europeu era soberano, social e economicamente falando. A decadência do sistema feudal, no séc. XIV sugeria e exigia urgência na evolução do pensamento contábil, fato consolidado com a publicação da sistematização das partidas dobradas na obra de Pacioli (1445 – 1450), conforme relata em artigo Borges, E.F; Rodrigues J.M; Dantas, J.M.M. (2012: p.5).

A escola europeia representou o ponto inicial da ciência contábil mundial, conforme justifica em suas opiniões, Schimidt e Vlaemminck (*apud* Borges et al, 2012: p.6). Também em concordância, Iudícibus (*apud* Borges, 2012: p.10) esclarece que: “No contexto europeu a contabilidade teve seu florescer como disciplina adulta e completa”, e em conformidade Sá *apud* Borges, E.F; Rodrigues J.M; Dantas, J.M.M. (2012: p.10) esclarece: “As bases teóricas da ciência contábil contemporânea surgiram dos conceitos pré-científicos originados no continente europeu”.

Várias foram as escolas de pensamento surgidas na predominância europeia, (contista, personalista, veneziana, neocontista, alemã, aziendalista e patrimonialista) cada uma exercendo sua soberania, associada ao desenvolvimento econômico e social que o contexto do momento exigia, consoante cita em seu artigo Borges, E.F; Rodrigues J.M; Dantas, J.M.M. (2012: p.5-6).

A influência europeia no campo contábil mundial prevaleceu por cerca de cinco séculos sendo inicialmente favorecida por um fator tecnológico importante, a invenção da imprensa. No Brasil segundo estudo publicado por Agricioneide (2000: p.4), “Observa-se que a Contabilidade foi largamente influenciada pela escola europeia e em particular pela Italiana até 1940”.

Sá (2008: p.20-49) um dos maiores pesquisadores no Brasil da influência europeia, retrata com detalhes no seu livro “História Geral da Contabilidade no Brasil” como manifestou esta predominância e como estava voltada para o lado filosófico e artístico.

Influência da Escola Americana

Mudanças vão gerando mudanças, o mundo deixando de ser feudal e se tornando capitalista, a revolução industrial imperando, a tecnologia, sobretudo a da informação são evidências que o mundo está se globalizando. A contabilidade como se deslocasse, movendo sobre um eixo, vai recebendo influência de quem detinha o poder econômico, primeiro a Europa continental, seguida da Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos. Esses foram os territórios onde o desenvolvimento contábil mais se desenvolveu e, por conseguinte foram exercendo suas influências nas demais nações do mundo, fato enfatizado por Borges *et al* (2012: p.9), que também no mesmo estudo evidencia o momento em que a influência americana adquire seu destaque:

As duas grandes guerras deixam o mundo fragilizado, (a Europa devastada), períodos a partir dos quais a economia americana é alçada à condição de superpotência, e notadamente essa influência é exercida no campo contábil.

Não se pode deixar de citar que, sobretudo a partir de 1929, os EUA viveram uma das maiores crises de sua história, com a quebra da bolsa de valores de Nova York, basicamente provocada pela demanda reprimida do consumo, com o fim da primeira guerra mundial. Fato

este que perdurou aproximadamente até o fim da segunda grande guerra. O processo de recuperação da economia americana também modernizou sua contabilidade que se tornou aliada em processos e tomadas de decisões, proporcionando principalmente aos investidores segurança e credibilidade nas informações do mercado de capitais conforme estudo de Agricioneide (2000: p.6).

A expansão industrial base do capitalismo, sempre demandou vultosos recursos para fomentar suas ampliações, e uma das alternativas encontradas pelas empresas foi a abertura de seus capitais aos investidores externos com a venda de ações, porém os demonstrativos oferecidos nem sempre ou raramente eram confiáveis, a contabilidade americana faz parte dessa evolução inserindo processos de controle e auditoria nas demonstrações, tornando-as mais reais e transparentes. Fato novamente evidenciado em estudo de Agricioneide (2000: p.6-7).

No Brasil o ano de 1930 no governo de Getúlio Vargas, teve início a era industrial. Em 1940 busca se regulamentar as sociedades, com a publicação da primeira lei das Sociedades Anônimas por Ações (Lei 2.627/40), nesta data as práticas contábeis brasileiras tinham influência europeia, o que conflitava com as práticas de várias empresas que utilizavam as práticas promovidas nos EUA. Enorme pressão foi instalada no país no sentido de se estabelecer uma nova regulamentação que atendesse os anseios de um cenário de economia mais globalizada visto que a lei atual era considerada uma “legislação pobre” conforme Sayed, S; Kussaba, C.T.; Duarte, S.L. (2014: p.5-6).

A influência norte-americana propriamente dita tem início no Brasil, com a Lei 6404/76, também conhecida como lei das S/A, que já adota uma filosofia visivelmente americana. A lei citada teve um caráter mais voltado ao investidor visto que este buscava cada vez mais um ambiente sólido e seguro para dispensar seus investimentos. Segundo Iudícibus apud Sayed *et al* (2014: p.10).

Buscou-se no Brasil, com a implantação da lei 6404/76, normatizar os princípios contábeis e disciplinar as companhias abertas. Mais tarde, pelo Decreto 1598, a lei atinge a todas as empresas, levando o Brasil a um cenário mais globalizado sendo menos teórico e mais prático, onde a contabilidade fosse capaz de fornecer informações para a tomada de decisões nas sociedades. Situação evidenciada em artigo de Picetti, F.M; Carraro, W.H. (2011: p. 9 e 15) que também nas suas considerações finais destaca que a contabilidade será sempre uma ciência dinâmica atrelada aos acontecimentos de época.

Harmonização Contábil

Como no Brasil, também outros países mundo afora, a contabilidade recebeu influências das principais escolas, ainda assim, e principalmente por suas diferenças nos campos sociais, político, cultural, econômico e fiscal, modelos próprios de procedimentos contábeis foram estabelecidos, sendo possível afirmar a existência de uma grande gama de procedimentos no âmbito internacional. Tal situação sugere que a contabilidade é praticada de forma diferente entre as nações, conforme relata Agricioneide (2000: p. 5-7).

Com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, vários bancos e grandes empresas faliram. Com tal situação, pressões mundiais, exigiram que esse mercado fosse mais transparente, começa aí a se pensar em Harmonização Contábil. Conforme descreve Carvalho, N; Lemes, S. (2010: p. 1).

A gradual e acelerada globalização, vem possibilitando práticas comerciais entre as nações, permitindo que grandes empresas rompam fronteiras e se estabeleçam em outros países, investidores negociem nas principais bolsas de valores do mundo, empréstimos sejam adquiridos em condições mais interessantes. Porém, práticas contábeis distintas dificultam o entendimento e atendê-las demandam tempo, geram altos custos, inviabilizando algumas negociações, segundo Sayed, S; Kussaba, C.T.; Duarte, S.L. (2014: p.5-8).

O mundo está a cada dia mais globalizado, ocorrências na economia de um país refletem rapidamente em outros, as informações se movem rapidamente, as empresas sob pena de se tornarem limitadas, necessitam de um cenário contábil que lhes permite uma linguagem universal nas demonstrações, superando as barreiras do idioma e moeda, sendo rápida, inteligível aos usuários, capaz de proporcionar credibilidade e segurança nos demonstrativos publicados, como relata em seu trabalho, Rios, R.P. *et al.* (2009: p. 12-13).

As normas internacionais propriamente ditas nasceram em 1970, com a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC) sendo substituído em 2001 pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), hoje tendo mais de 150 países membros ao redor do mundo, inclusive o Brasil, aceitando ou exigindo as normas editadas. Conforme Carvalho, N; Lemes, S. (2010: p. 1-6).

O Brasil tem buscado harmonizar as regras contábeis brasileiras aos padrões internacionais, mudanças na lei 6404/76, Lei das Sociedades por ações, através da Lei 11.638/07 demonstra isso como relata Almeida Braga apud Picetti, F.M; Carraro, W.H. (2011: p. 2).

A lei visa adequar disposições da lei das sociedades por ações, principalmente aquelas que tratam da matéria contábil, à nova realidade da economia Brasileira.

Também a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005, sendo o órgão responsável por emitir os pronunciamentos técnicos contábeis levando em conta aos padrões internacionais, e posteriormente e mais atual a Lei 11.941/09 prevendo mais à adequações Fiscais.

Considerações Finais

O Brasil é um país considerado jovem, cuja história vem sendo difundida somente a partir da chegada dos portugueses. O povo aqui encontrado foi chamado de índio e tratado inicialmente como um ser inferior ao homem. Esse passado desconhecido pode ser aos poucos revelado, pois já tem sido localizados sítios arqueológicos em diferentes regiões do Brasil. Essas novas descobertas poderão lançar novas luzes sobre o nosso passado e trazer alguns elementos para a história da Contabilidade no Brasil, dependendo da organização social e da relação desses primeiros habitantes com as questões patrimoniais.

Na nossa história conhecida, o período colonial foi marcado pelas práticas exploratórias do colonizador, cujos controles contábeis se prestavam a verificar o lucro das expedições, sendo um período de pouca evolução contábil.

No Brasil Império, com a chegada da família real, apesar do continuísmo nas explorações, houve avanço significativo da Contabilidade principalmente no governo de D. Pedro II, influenciado por intelectuais franceses, que muito contribuíram para a evolução dos conhecimentos contábeis.

O período republicano inicia-se dentro de um contexto conturbado, porém com grandes destaques no avanço da contabilidade. Apesar de ser um país jovem, o Brasil absorveu mudanças significativas ocorridas na Europa e, em seguida, a influência americana, deslocando o eixo central da evolução contábil, passando da teria para uma contabilidade mais pragmática.

Embora a evolução contábil no Brasil tenha sido patrocinada pelo ente estatal, foi na iniciativa privada que se verificam os maiores avanços. A evolução contábil apresenta assim o seu aspecto paradoxal, representando, portanto, uma quase inesgotável fonte para novas pesquisas. O avanço da Contabilidade sempre esteve associado ao progresso da humanidade, e evoluiu, atrelada a acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos, sugerindo ser uma ciência dinâmica, que sob pena de não acompanhar tal evolução se tornar obsoleta e cair em desuso.

Referências

AGRICIONEIDE, F. **A globalização da economia e a necessidade de harmonização contábil**. São Paulo 2000.

AQUINO, de A; SANTANA, de A.C. **EVIDENCIAÇÃO**. São Paulo 1992.

BORGES, E.F; RODRIGUES, J.M; DANTAS, J.M.M. **Da retórica à efetiva influência da escola europeia no contexto histórico da contabilidade e da economia mundial: O que pensam autores e professores de contabilidade brasileiros**. Revista Ambiente Contábil - UFRN, Natal v.5, n.1, p.1-20, janeiro/junho 2013.

CARVALHO, N; LEMES, S. **Contabilidade Internacional para Graduação: Texto, estudos de caso e questões de múltipla escolha**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PELEIAS, I.R.; BACCI, J. **Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade**. Revista Administração on line - FECAP, São Paulo v.5, n.3, p.39-54, 2004.

PELEIAS, I.R.; SILVA, G.P; SEGRETI, J.B; CHIROTO, A.R. **Evolução do ensino da contabilidade no brasil: Uma análise histórica**. Revista Cont. Fin. - USP, São Paulo Edição 30 anos de Doutorado, p.19-32, junho 2004.

PICETTI, F.M; CARRARO, W.H. **Análise das mudanças na contabilidade brasileira**. Rio Grande do Sul 2011.

REIS, A. de J; SILVA, S.L.; SILVA, C.C.A. **A história da contabilidade no brasil**. São Paulo 2007.

RIOS, R.P; NISHIO, E.S.T; VIANA, G; BATISTA, P.J. **Principais alterações na estrutura das demonstrações contábeis a LEI 11.638/07**. Revista Eletrônica Gestão e Negócios, São Roque v.1, n.1, p. 1-14, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SAYED, S; KUSSABA, C.T; DUARTE, S.L. **Novas perspectivas na pesquisa contábil: A lei das Sociedades Anônimas e o processo de convergência para os padrões internacionais contados pela história oral e de vida**. São Paulo 2014.